

Na primeira proposta, os candidatos devem assumir o papel de um candidato a vereador convidado para se pronunciar através de um discurso na assembleia estudantil de sua antiga escola, onde se enfrenta um impasse: o que fazer com as estátuas de figuras históricas do Estado de São Paulo localizadas em seu pátio, mais especificamente, do bandeirante Anhanguera e do padre jesuíta José Anchieta? O candidato a vereador deve, então, elaborar um **discurso político**, a ser proferido oralmente aos estudantes. Nele, deve fazer um balanço das duas visões em disputa (remoção ou permanência das estátuas) para, finalmente, assumir uma posição, propondo uma resolução para o dilema.

Os candidatos podem se valer da leitura dos textos disponíveis na coletânea e de outros pertinentes à discussão. O primeiro texto apresentado, retirado do *Dicionário Houaiss*, é o verbete “bandeirante”, que reproduz definições do senso comum sobre tal figura histórica por meio de escolhas lexicais que a valorizam positivamente: “que ou o que abre caminho”, “desbravador”, “precursor”, “pioneiro”.

O segundo texto traz o posicionamento do jornalista e sociólogo Demétrio Magnoli, contrário à derrubada de estátuas. O autor considera que derrubar monumentos é “exterminar a memória social”, e que uma estátua não celebra o presente, mas apenas atesta que, no passado, o homenageado foi celebrado; o que pode, inclusive, nos servir de alerta. Há, nas palavras de Magnoli, expressões que podem ser bem aproveitadas se lidas com atenção pelos candidatos: é o caso da ironia contida em “vândalos do bem”, ou das críticas subentendidas em “princípio covarde”, “cicatriz da história”, “desejo tirânico”, para citar alguns exemplos.

O terceiro texto é uma tirinha de Alexandre Beck, que critica de maneira contraintuitiva os bandeirantes. No primeiro quadro, o leitor é levado a entender que os vândalos seriam os pichadores que teriam investido contra um monumento, mas, no segundo, como é típico do gênero, a expectativa é quebrada, ficando claro que o referente de “vândalos” são os “bandeirantes”, que teriam destruído aldeias e escravizado povos. Espera-se que os candidatos captem a perspectiva crítica da tirinha, percebendo a ambiguidade nela contida e reconhecendo os verdadeiros vândalos.

No quarto texto, Thiago Amparo defende a derrubada de monumentos no caso de homenagens a genocidas. Argumenta que tal atitude seria prova de civilidade, na medida em que rejeita celebrar quem provocou mortes e sofrimento. Para o autor, monumentos dotados de valor artístico poderiam ser transportados para museus ou cemitérios de esculturas; já os desprovidos de tal valor poderiam simplesmente ser derrubados – uma sugestão para quem optasse por um posicionamento mais nuançado com relação ao tema.

O quinto texto, retirado de um artigo publicado pelo historiador Luiz Felipe Alencastro, expõe fatos e faz considerações a respeito do modo como os missionários no Brasil, nomeadamente os padres Anchieta e Antônio Vieira, não só aprovaram, como também contribuíram para o tráfico e a escravidão dos negros. Tais fatos servem como argumentos para defender a derrubada da estátua do Padre Anchieta e, por extensão, de outros jesuítas, mas que não necessariamente pesam contra os bandeirantes.

O último texto, parte de uma matéria da revista *Mundo Estranho*, explicita os motivos das expedições dos bandeirantes, que consistia na recaptura de pessoas escravizadas e na escravização de indígenas. Tais motivações podem servir de argumento a favor da derrubada dos monumentos dos bandeirantes, mas não dos jesuítas.

Nota-se que a coletânea oferece subsídios para que os candidatos preparem seu *texto argumentativo* adotando um posicionamento diante da questão; tal posicionamento pode alinhar-se a um dos polos da disputa – remoção ou permanência – ou promover algum tipo de modulação entre as alternativas. Os candidatos que optarem por defender a retirada das estátuas e sua destruição material podem argumentar que esses monumentos carregam valores coloniais, escravagistas, patriarcais, como sugerem os textos 5 e 6 da coletânea. Os que preferirem advogar pela manutenção dos monumentos podem destacar seu valor artístico e histórico, como direciona a leitura do texto 2. Os candidatos podem também assumir perspectivas mais modalizadas, como defender uma resignificação das estátuas, por meio de sua remoção para outros espaços (museus, cemitérios de esculturas etc., como sugere o texto 4), através de intervenções educativas (colocar placas informativas nas estátuas, promover aulas de história sobre bandeirantes e jesuítas, fomentar debates sobre escravidão e colonialismo envolvendo negros e indígenas, questionar o sentido de vandalismo, como sugere o texto 3) ou ainda através de intervenções artísticas (grafite, etc.). A expectativa é que as melhores redações sejam aqueles capazes de criar argumentos consistentes para tensionar as diferentes posições que envolvem esse dilema.

Na segunda proposta de redação, solicita-se que os candidatos se imaginem em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica que os coloque sob o risco de contrair o vírus da Covid-19. Registra-se, ainda, a negligência do Estado, que não adota medidas eficazes para evitar que trabalhadores sejam contagiados. O tema subjacente a essa situação é, portanto, a *necropolítica*, que os candidatos devem denunciar por meio de um registro escrito: uma entrada de um **diário**.

Neste diário, o candidato deve assumir a perspectiva discursiva de um trabalhador para *narrar* um episódio em que se encontre exposto ao contágio da Covid-19 e, então, *denunciar* a atuação de um Estado negligente em relação à saúde dos mais vulneráveis. Em seu texto, o narrador-personagem pode deixar aflorar seu sentimento de indignação, mas também de resistência; nesse sentido, seu diário se torna um testemunho histórico acerca dos acontecimentos extraordinários da atual pandemia e um alerta às gerações futuras sobre a *necropolítica* vivenciada no presente.

A banca se preocupou inicialmente em esclarecer o gênero textual solicitado, o *diário*, para, em seguida, nos textos 1 e 2 da coletânea, explicar o conceito-chave da proposta: a *necropolítica*. O primeiro texto, retirado de uma entrevista com a pesquisadora Rosane Borges, apresenta a definição de tal conceito, criado pelo filósofo Achille Mbembe. Com ele são questionados os limites da soberania do Estado, quando suas ações, sustentadas por premissas coloniais, racistas e capitalistas, acabam por determinar quem deve viver e quem deve morrer. Para a entrevistada, racismo, capitalismo e *necropolítica* seriam indissociáveis. Na lógica capitalista do descarte, são os corpos negros os mais excluídos, justamente aqueles que, como escravizados, foram fundamentais para a acumulação do capital. Eles são agora desnecessários, não interessam mais ao sistema, são massa sobrando do mercado de trabalho. São, por isso, marginalizados e constituem a maioria subalternizada e desempregada do Brasil. Como corpos negros descartáveis, podem ser alvo de tudo, inclusive da morte.

O segundo texto da coletânea destaca os efeitos sociais da Covid-19. Se, por um lado, o vírus é um fato biológico que, “por si só, não discrimina”, mas, ao contrário, nos trata “com igualdade, nos colocando igualmente diante do risco de adoecer” e de morrer, a dinâmica do capitalismo, por outro, com sua brutal desigualdade social e econômica, imprimiria uma discriminação movida pelos poderes do “nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo”. Diante desse cenário de injustiças estruturais, estabelece-se a “distinção espúria entre vidas passíveis de luto e aquelas não passíveis de luto”. O argumento principal de Judith Butler centra-se no modo como a estrutura de poder do capitalismo gera não apenas desigualdade socioeconômica mas também uma multidão de vidas dispensáveis.

Os textos 3 e 4 sugerem, por sua vez, possíveis narrativas a serem construídas pelos candidatos. São imagens que oferecem subsídios na criação de seus episódios. A foto de Pedro Conforte (texto 3), por exemplo, flagra o contraste entre um homem branco, de máscara, fazendo sua atividade física, e um homem negro, também de máscara, que carrega as mercadorias em uma bicicleta: provavelmente um entregador que leva compras feitas *online* a consumidores salvaguardados em suas residências. Ambos são suscetíveis de contrair o vírus, mas a foto expõe que há os que podem e os que não podem não sair; os que podem ou não fazer *home office*; enfim, os que *podem* sair a bel-prazer e os que *devem* sair para fazer seu trabalho.

Já o quarto texto traz um recorte de uma história em quadrinhos, narrada por Triscila Oliveira e ilustrada por Leandro Assis. Ela descreve vidas de trabalhadores informais e registrados, que se arriscam diariamente no transporte coletivo quando se deslocam para o seu trabalho. É o “novo normal” estabelecido pela pandemia, aqui tratado com ironia: “novo normal” para o patrão ou para o empregado? Para o primeiro, a pandemia pode ter instaurado um “novo normal” em sua rotina; para o segundo, o “novo normal” nada traz de efetivamente “novo”, apenas a precariedade de sempre: o transporte público lotado e, ainda, o risco de contrair a Covid-19.

No último texto, Ruy Castro elenca provas da negligência do chefe de governo brasileiro durante a pandemia: “negou a gravidade do problema, insultou os covões, promoveu aglomerações e espalhou desinformação” ao ridicularizar o distanciamento social, a higienização e o uso de máscara, e ao promover um remédio sem eficácia comprovada contra a Covid-19, além de constantemente questionar a eficiência das vacinas. Ao negar a ciência, agiu na contramão da tarefa de salvar vidas: ignorou medidas para contenção da doença, deixou mofar testes e atribuiu poderes políticos à vacina.

A expectativa é que as melhores redações sejam aquelas capazes de apresentar um episódio em que o narrador-personagem consiga narrar a sua situação de vulnerabilidade socioeconômica, que o coloca em risco de contrair a Covid-19, vinculando-a à denúncia de uma *necropolítica* hoje observada no Brasil.